

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DE  
FAMÍLIA DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA XXXXXXXXXX-XX**

**FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO**, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX  
SSP/XX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na  
XXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXX vem à presença de  
Vossa Excelência, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO  
DISTRITO FEDERAL, propor:

**RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL POS  
MORTEM**

Em face do herdeiro da falecida **FULANO DE TAL**, a saber: **FULANO DE  
TAL, NACIONALIDADE**, menor impúbere, residente e domiciliado no  
mesmo endereço do autor

**I. DOS FATOS:**

O Autor viveu com a requerida como se casados fossem desde o ano de XXXX até a data do óbito, ocorrido em XX/XX/XXXX.

Foram anos de harmoniosa convivência entre os companheiros, sendo que a convivência encerrou-se na data do óbito da falecida. Os companheiros viviam como se casados fossem, de forma pública, notória e com a intenção de formar família. Tanto é assim que do relacionamento adveio o nascimento do menor FULANO DE TAL, em XX/XX/XXXX.

Tal fato pode ser comprovado pelas provas a seguir descritas (todas em anexo): testemunho por qualquer pessoa que conhecia os companheiros (testemunhas arroladas abaixo); fotos do requerente, da falecida e do filho deles; documentos que mencionam que a falecida vivia em união estável com o requerente.

Destarte, evidenciado que o requerente e a falecida viviam em união estável, requer-se o reconhecimento da relação, notadamente para o fim de partilhar o bem adquirido na constância da união, qual seja: eventuais direitos sobre imóvel localizado na XXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXX

## **II. DO DIREITO:**

Diz o art. 226, § 3º, da Constituição Federal:

**“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado..**

**(...)**

**§ 3º. para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a**

**mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar a sua conversão em casamento”.**

O artigo 1.723 do Código Civil diz que:

**“é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.**

Prosseguindo, a Lei n.º 9.278/96, em seu art. 1º, também é expressa no que diz respeito ao preenchimento dos requisitos:

**Art. 1º. “É reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”.**

No caso em comento, podemos ver claramente que a intenção do autor e da falecida era a de constituir família, visto que coabitavam sob o mesmo teto, publicamente apareciam como casados, prova fática incontestada da convivência. A imagem passada por ambos para a comunidade em que viviam era a de casados, sendo pública e notória a união. Além disso, do dito relacionamento adveio um filho.

A jurisprudência em caso similar:

**UNIÃO ESTÁVEL - RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO  
POS MORTE -- POSSIBILIDADE - EXISTÊNCIA DE  
ELEMENTOS QUE A CARACTERIZAM - SENTENÇA  
MANTIDA 1)- Reconhece-se a união estável, se homem**

**e mulher, durante anos, mantiveram convivência pública e duradoura, conhecidos na comunidade em que viviam como marido e mulher. 2)- Recurso conhecido e improvido.(20050110540608APC, Relator LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS, 6ª Turma Cível, julgado em 02/12/2009, DJ 09/12/2009 p. 185)**

Portanto, a pretensão do Autor resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxório*, como a de caráter social e familiar.

### **III - DOS BENS**

Na constância da união, os companheiros adquiriram eventuais direitos sobre o imóvel localizado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP nº XXXXXXXX, cujo valor aproximado é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXX reais).

### **IV. DO PEDIDO:**

Ante o exposto requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita, por ser economicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) A intimação do Ministério Público, nos termos da lei;
- c) A nomeação de curador especial para o menor FULANO DE TAL, em face da colidência de interesses;

- d) A procedência do pedido para reconhecer a união estável entre FULANO DE TAL e FULANO DE TAL no período compreendido entre o ano de XXXX até a data do óbito ocorrido em XX/XX/XXXX;
- e) A partilha dos eventuais direitos sobre o bem descrito no item III.

Provará por todos os meios em direito admitidas, em especial a documental e a oitiva de testemunhas arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX reais).

Nestes termos, pede deferimento.

XXXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

**Autor**

---

**Defensor Público do DF**

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

**1) FULANO DE TAL**

End.: XXXXXXXXXXXX

CEP XXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXX

**2) FULANO DE TAL**

End.: XXXXXXXXXXXXX

CEP XXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXX

**3) FULANO DE TAL**

End.: XXXXXXXXXXXXX

CEP XXXXXXXXX

Telefone: XXXXXXXXX